

Polônia já preocupava o Itamarati em 1981

Brasília — O Ministério das Relações Exteriores preparou documento com 820 linhas contando a participação do Itamarati nas negociações comerciais e financeiras com a Polônia e o Leste Europeu. Publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, na edição de ontem, o documento revela que em junho de 1981 já havia preocupação com o crescimento dos negócios com a Polônia.

"Preocupado com o volume de financiamentos fornecidos para os países do Leste europeu com os quais mantemos acordos de clearing (Polônia, Hungria e RDA), o Itamarati, em 4 de junho de 1981 indicou aos órgãos competentes (Bacen, Fazenda, Seplan, Cacex) a conveniência de estudar a questão, em vista dos interesses gerais da política comercial brasileira na área, e de estabelecerem-se algumas diretrizes para aplicação futura. Nessa oportunidade, ao sugerir a criação de um grupo de trabalho, para propor medidas, o Itamarati já adiantava sua posição no sentido de assegurar que todos os créditos se destinassem a financiar expansões reais de comércio e de ser adotado o esquema de graduação rigorosa dos juros-prazos... O grupo de trabalho reuniu-se algumas vezes, sem resultados práticos", revela o documento.

"Suspeição"

O vice-líder do Governo no Senado, Virgílio Távora, afirmou que a série de denúncias do jornal *O Estado de S. Paulo* sobre negociações ilícitas no comércio com a Polônia, que culminou com a divulgação de documento secreto elaborado pelo Itamarati a pedido do Vice-Presidente Aureliano Chaves "é claramente uma tentativa de desestabilizar o Governo do Presidente João Figueiredo, através do descrédito público".

O Senador revelou que o fato de o documento ter vazado pelo Congresso, colocou sob suspeição todos os parlamentares do PDS que receberam cópias dos quatro documentos elaborados pelas áreas envolvidas nas acusações (Banco Central, Seplan, Fazenda e Itamarati) reunidos

num extenso dossiê. Segundo ele, o Professor Leitão de Abreu, chefe do Gabinete Civil da Presidência, ficou irritadíssimo com o fato e pediu a apuração de responsabilidades.

Os líderes do Governo na Câmara e no Senado, Nelson Marchezan e Aloysio Chaves, além dos presidentes das duas casas, Senador Nilo Coelho e Deputado Flávio Marcílio, e o presidente do PDS, José Sarney, foram os políticos que receberam cópias do dossiê enviadas por Aureliano Chaves na última quinta-feira, quando exercia interinamente a presidência da República.

Para Távora, o Vice-Presidente Aureliano Chaves agiu com lisura enviando cópias aos políticos e "nenhuma suspeita pode ser levantada contra o seu comportamento de autorizar a entrega de documentos secretos, sob o risco de uma divulgação imprudente, como aconteceu".

O melhor caminho para o esclarecimento da opinião pública sobre a questão polonesa seria, na opinião de Távora, a divulgação integral do conjunto de documentos. Segundo ele, o Governo brasileiro, não cobrando a dívida da Polónia, tomou a única atitude política possível. "Nesta história, assegurou o senador, não há culpados e nem vão rolar cabeças. O Ministro Delfim Neto é um incompreendido e está sendo julgado com imediatismo".

O documento do Itamarati

O documento secreto de 820 linhas elaborado pelo Itamarati, uma das quatro partes que compõem o dossiê sobre a questão do comércio com a Polónia, foi entregue ao Ministro Leitão de Abreu na última terça-feira, dia 23. Nele constata-se que em junho de 1981 o Itamarati já propunha um "esquema de graduação rigorosa dos juros-prazo". A seguir, alguns trechos de maior importância do documento.

O relatório, assinado pelo Chanceler Saraiva Guerreiro, inicia com esclarecimentos sobre a participação do Itamarati na promoção do comércio com áreas não tradicionais como o Leste europeu, cabendo-lhe, por força de dispositivo legal, a presidência e a secretaria executiva da

Coleste-Comissão de Comércio com os países da Europa Oriental.

É lembrado que a Coleste, sendo um colegiado, integrado por representantes dos Ministros da Fazenda, Indústria e do Comércio, Agricultura, Itamarati, Seplan, presidente do Banco Central, diretor da Cacex, da Companhia Vale do Rio Doce e Confederação Nacional da Indústria, além de observadores do SNI-Serviço Nacional de Informações e da SG/CSN (Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional). A Coleste não é um órgão executivo nem tem poder decisório, apenas propõe medidas.

Com o revigoramento do Concec em 1978/79, a Coleste foi solicitada a participar dos entendimentos realizados a nível interno antes das negociações com os países do Leste Europeu. De acordo com o documento, a crescente participação do Itamarati tornou-se ainda mais acentuada a partir da deterioração da situação econômica e financeira dos países do Leste europeu em fins de 1980".

Em fevereiro de 1981, diante do agravamento da situação financeira da Polónia, o Itamarati e a Coleste apresentaram proposta para a criação de um grupo de trabalho integrado pela área econômica, para avaliar a atitude do Governo diante da pretensão polonesa de obter mais linhas de crédito.

Em junho de 1981, "preocupado com o crescimento do volume de financiamentos fornecidos para os países do Leste europeu com os quais mantemos acordos clearing (Polónia, Hungria e RDA), o Itamarati indicou aos órgãos competentes (Banco Central, Fazenda, Seplan e Cacex) a conveniência de estabelecer diretrizes futuras. O Itamarati já adiantava sua posição no sentido de assegurar que todos os créditos se destinassem a financiar expansões reais de comércio e de ser adotado um esquema de graduação rigorosa dos juros-prazo".

Houve algumas reuniões do grupo de trabalho, "sem resultados práticos". Em meados de 1981, por decisão do Ministério da Fazenda e Seplan, a responsabilidade da concessão das linhas de crédito foi

transferida do Banco Central para a Cacex. Em março de 1982, a Coleste voltou a alertar a área econômica do Governo para a distorção havida na sistemática de financiamento das exportações brasileiras ao Leste europeu.

Apoiado em minuciosos detalhes, com datas, cópias de mensagens e atas de reuniões, o documento do Itamarati esclarece que "cabe registrar que as decisões quanto à concessão ou não de linhas de crédito à Polónia ou a qualquer outro país, sempre foram de competência do Banco Central, com a aprovação do Ministério da Fazenda, no caso da Polónia (isso se deu) a partir de 1981...". O problema da inadimplência, da dívida polonesa só surgiu a partir de outubro de 1981.

O Embaixador Meira Penna enviou relatórios em fins de 1980 e no primeiro semestre de 1981 falando da conveniência de suspender os créditos para a Polónia mesmo sob o risco de perder as exportações brasileiras. Essas preocupações foram transmitidas em ofício ao Banco Central, que, por vez, informou que não havia atraso na liquidação de qualquer promissória por parte da Polónia e nem interesse em participar de qualquer negociação com os credores do país para o reescalonamento da dívida". Essas informações também foram transmitidas em três informações diferentes, à presidência da República.

Partindo de diretrizes que visavam preservar o comércio com a Polónia, para equilibrar o balanço de pagamentos e apoiar a Vale do Rio Doce na manutenção de suas exportações de minério, o Itamarati não se opôs nas negociações de março/abril de 1981 para a concessão de crédito no valor de 480 milhões de dólares, decidida pelo Ministério da Fazenda. Mas não participou sequer da discussão de linha de crédito de 200 milhões de dólares para têxteis.

"Desde o início de sua participação no grupo de trabalho, em abril de 1981, o MRE tem declarado que as considerações de ordem política nos entendimentos com a Polónia não deveriam sobrepor-se aos interesses comerciais e financeiros do país".